

Revista

ECOTEOLOGIA

Dezembro de 2024 | 5ª edição

ECOTEOLOGIA AMAZÔNICA: ECOS DA VIDA

5 e 6
DE SETEMBRO



CAMPUS I DO UNICATÓLICA EM PALMAS (TO)



Ecoteologia Amazônica: ecos da esperança



EXPEDIENTE

Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM-Brasil

Brasília-DF, dezembro de 2024

5ª Edição



Publicação Digital Anual

Presidente da REPAM-Brasil: Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-Presidente: Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário: Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretaria Executiva: Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Mons Nereudo Henrique Freire

Comitê Científico

Ari Antônio dos Reis

Daniel Seidel

Dário Giuliano Bossi

Felício Pontes

Ima Vieira

Márcia Maria de Oliveira

Ricardo Castro

Roberto Malvezzi

Moema Maria Marques

Convidados

Ricardo Gonçalves Castro

Elisângela Maciel

Gislaine de Andrade Abreu

Kedma Nayra da Silva Marinho Botelho

Ila Raquel Mello Cardoso

Elaboração da Revista:

Arlete Gomes dos Santos

Gabriela da Silva Santos

Dorismere Almeida de Vasconcelos

Revisão: Renato Thiel

Diagramação: Raul Benevides

Idioma: Português Brasil

Contato:

www.repam.org.br

repambrasil@repam.org.br

ÍNDICE

EDITORIAL

4 Editorial

ARTIGOS

7 **Ecopolítica e Ecoprofecia** –aprofundamentos ecoteológicos

15 **Igreja na Amazônia:** Em busca de uma evangelização encarnada

25 **Relato de Experiência Extensionária** realizada em um
Parque Aquícola localizado em Lajeado Tocantins

28 **Mudanças Climáticas,** o Cerrado e o Tocantins



O termo “eco”, originado do grego oikos, significa “casa” ou “lar”, carrega consigo um profundo significado de cuidado e responsabilidade com o ambiente, nossa Casa Comum. Este conceito, em sua essência, nos chama à reflexão sobre o modo como interagimos com o mundo natural e como nossas ações impactam não apenas o presente, mas também as gerações futuras. Em um cenário global marcado pela crise ecológica, esse princípio reverbera de maneira particularmente forte dentro da Rede Eclesial Pan-Amazônica [REPAM] que, ao longo dos últimos dez anos, tem se dedicado à mobilização e articulação de ações concretas para garantir a proteção da Amazônia, buscando sempre integrar a justiça social e a sustentabilidade em sua agenda de atuação. Ao ecoar as questões ambientais e sociais, a REPAM nos convida a refletir sobre nosso papel como cristãos e cidadãos do mundo, despertando para a necessidade urgente de um novo compromisso com a Terra e com todos os seus habitantes.

Nesse contexto, o Cerrado e a Amazônia, com suas complexidades e contradições, revelam realidades marcadas por dores, angústias, alegrias e esperanças. Esses biomas exigem um olhar atento e sensível que acolha suas histórias e desafios, reconhecendo tanto suas fragilidades quanto suas forças. Propõe-se, assim, uma imersão em uma ecoteologia profunda, que se entrelaça com a ecoespiritualidade, a ecoprofecia e a

ecopolítica, ancorada nos princípios do bem viver, da escuta ativa e nos saberes ancestrais dos povos originários dessas regiões. É um convite a compreender e vivenciar a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade, reafirmando a necessidade de uma relação mais harmônica e respeitosa com o meio ambiente, com os povos que nele habitam e com as forças sagradas que nele residem. Cada uma dessas áreas se conecta de maneira profunda com o cuidado e a regeneração da nossa casa comum, e todas têm sido discutidas e aprofundadas em eventos como o V Encontro de Ecoteologia, realizado em setembro de 2024, em Palmas - TO, no coração do Cerrado amazônico.

Este encontro se consolidou como um espaço vital para a troca de saberes ancestrais e científicos, com o objetivo da defesa do meio ambiente. Neste espaço, especialistas, pesquisadores e membros das comunidades locais se uniram para refletir sobre o papel da fé na preservação da Terra, nosso oikos, destacando a importância de uma espiritualidade ecológica que valorize os saberes ancestrais dos povos tradicionais. A partir dessa reflexão, surge o compromisso com a regeneração ambiental, que se traduz em ações concretas de cuidado e proteção ao meio ambiente. Esses temas serão abordados com profundidade nos textos da revista, que trazem uma rica troca de experiências e perspectivas, reafirmando a necessidade de uma espiritualidade e proteção ambiental que se alinha com a preservação da vida em todas as suas formas.

Este compromisso com a preservação da Terra se conecta diretamente com a atuação da REPAM, que em setembro de 2024 comemorou uma década de luta em defesa dos direitos humanos dos povos da Amazônia. Ao longo desses 10 anos, a rede se consolidou como um pilar essencial na resistência das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores e quebradeiras de coco, obtendo vitórias importantes, mas também enfrentando desafios contínuos. A luta pela proteção das culturas e dos territórios amazônicos permanece urgente, e é em momentos como este, de união de esforços, que se fortalece a esperança de garantir a preservação da vida e das culturas na região. Outro ponto de grande relevância neste ano é a preparação para a [Conferência das Partes] COP 30, que ocorrerá em 2025 em Belém, Pará. A REPAM tem se empenhado ativamente na mobilização dos povos da Amazônia para essa conferência, realizando projetos e ações que visam promover um maior entendimento sobre o processo da COP e fortalecer as demandas regionais. A expectativa é que a COP 30 seja um espaço crucial para a defesa da biodiversidade, dos direitos humanos e para a promoção de soluções sustentáveis que respeitem as culturas tradicionais e a integridade ambiental.

Em um contexto global de crise ambiental, as ações da REPAM e as iniciativas como o V Encontro de Ecoteologia reafirmam a necessidade de uma transformação profunda na maneira como nos relacionamos com a Terra. Mais do que nunca é imprescindível que a fé, a espiritualidade e o cuidado com a Casa

Comum sejam vistos como pilares fundamentais para a construção de um futuro mais justo, equilibrado e sustentável. Ao integrar os saberes ancestrais com as práticas contemporâneas de conservação, buscamos um caminho de regeneração e de cura para o Planeta, inspirados por uma visão ecológica que une todos os povos em torno de um bem comum: a preservação da vida em todas as suas formas.

Assim, a ecoteologia e suas diversas expressões se tornam não apenas uma reflexão teológica, mas um chamado prático à ação. O eco que surge dessa reflexão é um convite para que cada um de nós se torne um agente de transformação, contribuindo para a cura da Terra e a promoção de um mundo mais justo e equilibrado. Que pos-

samos, em nossa vida cotidiana, ecoar as palavras de Cristo, que nos ensina a amar e cuidar da criação, reconhecendo que a luta pela justiça social e ecológica é, antes de tudo, uma luta pela dignidade da vida em todas as suas formas.

A verdadeira conversão ecológica passa por uma mudança de mentalidade e de prática, que nos desafia a viver de forma mais consciente e responsável, como bons cuidadores da nossa oikos. Ao abraçarmos esse chamado, que nos transformemos em agentes de esperança, plantando as sementes de um futuro mais harmonioso e respeitoso para as próximas gerações.

Secretaria Executiva – REPAM-BRASIL

Ecopolítica e Ecoprofecia aprofundamentos ecoteológicos



Dr. Ricardo Gonçalves Castro¹

Resumo

O artigo pretende ser um aprofundamento da ecoteologia e suas intersecções com a perspectiva bíblica lida em clave ecológica. O objetivo é compreender a interrelação da ecopolítica com a ecoprofecia, primeiramente buscando definir estes conceitos no âmbito

das discussões da ecoteologia. A metodologia usada para este fim está relacionada com a complexidade que tece uma compreensão a partir da interdisciplinaridade dos saberes, se interligando com as realidades desafiantes do tempo, como a poluição, a monocultura, o martírio de líderes e cuidadoras da terra.

INTRODUÇÃO

Em muitos aspectos, a ecoteologia tem se apoiado e aprofundado com muita frequência na obra da Criação, na perspectiva sabática que compreende o Deus criador/cuidador no centro, superando a perspectiva antropocêntrica e patriarcal. Essas aborda-

¹ Dr. Ricardo G. Castro tem formação em Filosofia e Teologia, com doutorado em Teologia Pastoral pela PUC-Rio; atualmente é professor da Faculdade de Teologia da Amazônia.



gens correm o risco de refletir uma carência, deixando de incluir a tradição profética lida a partir de uma abordagem crítica da ecologia política. A relação entre sociedade e natureza é construída socialmente e a ecopolítica usando de metodologia mais complexa pode melhor interpretar essa dinâmica relacional. Nosso intento é contribuir para uma opção preferencial pelas vítimas das injustiças ambientais, e uma práxis ecopolítica que tenha em seus “topos” os pobres, ao lado de lutas por justiça ambiental. Os resultados obtidos são a abertura de possibilidades de releituras da profecia, a partir dos textos bíblicos, interagindo com as realidades desafiantes vividas por comunidades e movimentos em prol do cuidado da terra.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADO E DISCUSSÕES)

A perspectiva sacrificial, sacerdotal e patriarcal, por muito tempo, estudou a teologia do Antigo Testamento em primeiro lugar como história da salvação. Como Gerhard von Rad [2006] indicou, “a doutrina da criação nunca atingiu o estatuto de uma doutrina relevante e independente” [p. 55]. Ela é invariavelmente relacionada, e de fato subordinada a considerações soteriológicas [Rad, 1984]. Gn 1-11 não é mais do que a introdução à história da salvação começando com Abrão em Gn 12. Sobre esse aspecto, brota uma reação iniciada pelo comentário sobre o livro do Gênesis, de Claus Westermann [1974]. Nesta e em outras publicações, ele chamou a atenção para o aspecto muito

importante das bênçãos de Deus dentro da teologia bíblica. Nesta conexão, também é importante notar o crescente interesse pela antiga literatura de sabedoria israelita por causa de seu foco na criação, por meio da qual a humanidade pode aprender sobre o criador e sua vontade.

Essa perspectiva pode diminuir a criação, vendo a história da salvação como mais importante do que a criação, gerando uma tendência a ver toda a realidade na perspectiva da existência humana, produzindo uma teologia política centrada na libertação do humano que ignora o não humano, como resultado uma visão de que Deus destruirá tudo, então ninguém precisa se incomodar; e, finalmente, uma visão patriarcal de Deus que enfatiza seus atos poderosos e negligencia os temas mais femininos da bênção e da criação. Desde modo, o interesse contemporâneo na criação não vem de correntes tradicionais como a igreja ou disciplinas teológicas, mas de uma constatação dos impactos da crise ecológica, das tradições culturais indígenas e do crescimento da consciência ecológica [Castro, 2020].

Profecia em contraste com as tradições sabáticas e da criação, nos leva a perceber que na tradição judaico-cristã os mitos da criação são secundários e dependentes da trajetória de libertação do Êxodo. Von Rad [2006] demonstrou que as escrituras hebraicas só podem ser entendidas por meio da primazia do Êxodo, que é o mito fundador do povo de Israel. O conhecimento do antigo Israel sobre sua criação só foi possível



por causa de sua libertação da escravidão por Javé. Eles precisavam saber que foram libertados antes de poderem saber que foram criados: a libertação vem antes da criação. Embora o antigo Israel provavelmente compreendesse uma série de tribos marginais, rejeitadas, e que viviam nas colinas, além dos escravos libertados, a história do Êxodo parece ter sido central na formação e autocompreensão do povo de Israel.

Assim, o cuidado da criação deve ser visto por meio de uma teologia centrada na libertação. Isso permite uma ecoteologia da libertação, vivenciada e sistematizada, por meio de uma nova percepção da atividade humana em relação à natureza. Ações humanas criativas que não levem à escravização pela exploração patriarcal e capitalista, alienação e mercantilização da vida [Boff, 2015].

As narrativas da Criação são parte de uma trajetória imperial, que é projetada para estabilizar e “naturalizar” relacionamentos sociais existentes, incluindo monarquia, hierarquia social e injustiça. A teologia da criação, portanto, reflete elementos dessa trajetória real. Certamente, parte da linguagem usada é monarquista [façamos o homem à nossa imagem e semelhança]. O papel da humanidade na criação é como de um administrador real, não como um proprietário que pode fazer com ela o que quiser [Von Rad, 2006].

ECOPOLÍTICA NO CONTEXTO PROFÉTICO

A Bíblia não é um livro ecológico, nem conta uma história ecológica. A compreensão de um texto não está somente no contexto ou no pré-texto, mas também pelo

que é silenciado, deixado de fora, e não apenas o que inclui. O assentamento de Canã pelos povos que compunham os israelitas quase certamente envolveu um desmatamento considerável da região montanhosa de Efraim, Judeia e Galileia. O livro de Josué, capítulo 17, sugere que o desmatamento da floresta era parte integrante do assentamento: Josué disse à Casa de José, a Efraim e Manassés [Kaefer, 2012]. Apesar de tais danos generalizados ao que agora é considerado vegetação ecologicamente importante, esse impacto não está entre os muitos condenados pelos profetas. Com o benefício da retrospectiva e do conhecimento arqueológico, podemos agora reconhecer que a Palestina é, e foi, uma região ricamente diversa, sendo uma estreita faixa de terra topograficamente e geograficamente diversa na interface de quatro sistemas de vegetação diferentes. Ao contrário dos cultos panteístas e animistas praticados por muitas sociedades tribais, o culto de Israel, como de seu principal culto rival de Baal, era fortemente divorciado da natureza. A teologia ecocêntrica não é originalmente bíblica.

Um aspecto central para a ecoprofecia é que a criação é parte da história da libertação da escravidão da humanidade. Deus é o Deus de todo o cosmos, o Deus da libertação tem a ver com cada criatura, e cada criatura tem a ver com Deus, quer reconheçam isso ou não. A obra de Deus no mundo deve ser vista em e por meio de uma forma universal de relação. A Bíblia tem



como primeiro livro o Gênesis e não Êxodo, no início de sua leitura está a criação e não a redenção, faz da primeira um fator de importância incomensurável. A chave para uma visão profética sobre a criação é que há um criador relacional que fez um mundo relacional, interligado [Reimer, 2007].

Deus livremente entra em relacionamento com suas criaturas. De fato, um relacionamento que vai além de uma aliança com uma pessoa ou uma nação. O Deus relacional criou um mundo no qual todas as criaturas estão inter-relacionadas. A salvação é experimentada tanto por humanos quanto por não humanos. A providência de Deus no deserto frequentemente levou Moisés e outros a fontes de ajuda que já estão disponíveis no mundo da criação.

Na perspectiva ecoprofética, a criação de Deus está em risco, nos comportamentos de Israel. Em Jeremias 12, o profeta vincula a terra à criação. Enquanto Deus responde ao luto de Jeremias, Deus também lamenta a angústia que está chegando sobre a terra e o povo [Sicre, 2008]. Os textos bíblicos falam da dependência total da criação em Deus, mas a Bíblia também nos diz que Deus escolheu livremente estabelecer um relacionamento interdependente com a criação.

Deus escolheu livremente ser dependente tanto de humanos quanto de não humanos na promoção dos seus propósitos no mundo. Esta perspectiva está presente no louvor a Deus feito pela criação. Ele observa que a pecaminosidade da humanidade pode contribuir para a poluição atmosférica e que os céus declararão a glória de Deus com menos clareza em um dia de poluição atmosférica do que em outros dias. O cuidado ecológico está diretamente relacionado às

possibilidades de louvor da natureza. A humanidade pode aumentar ou inibir a vocação da natureza para louvar seu Deus.

Deste modo, poderíamos dizer que há um princípio importante na ecoprofecia, a verdade de que a adoração a Deus, a justiça e a bondade da terra estão conectadas. Neste sentido, podemos dizer que o aquecimento global é o julgamento profético da Terra sobre o império do mercado global e sobre o consumo descuidado que ele promove. Fazendo uma interação entre a tradição profética do Antigo Testamento e as descobertas científicas sobre as mudanças climáticas induzidas pelo antropoceno, podemos ver um paralelo entre a crise geopolítica do antigo Israel e a crise ecopolítica que o mundo moderno enfrenta.



Um aspecto central para a ecoprofecia é que a criação é parte da história da libertação da escravidão da humanidade.



No cerne da patologia da crise ecológica está a recusa dos humanos em se ver como criaturas, contingentemente inseridas em redes de relacionamentos com outras criaturas e com o Criador. Essa recusa é a raiz quintessencial do que os teólogos chamam de pecado ecológico.

O papel dos profetas em Israel era principalmente apontar para as consequências de se afastar da revelação de Deus. Jeremias, a quem se pode caracterizar como o primeiro profeta ecológico na história literária e religiosa, aparece em seu livro, especialmente sua leitura religiosa das lições oferecidas pela própria terra desolada como julgamentos dados por Deus [Shökel; Sicre, 2004].

Textos importantes são também a profecia em Oseias 4,1-3, mostrando a relação entre bênção, maldição e natureza, e textos mostrando respeito pela natureza, especialmente pelos cedros do Líbano, como trata Oseias 14,4-7. Ele também pode apontar o fato de que a descrição da salvação é retratada como a restauração da natureza nas profecias de Isaías 35; 65,20ss., e Ezequiel 47. Um poema como o Salmo 72 mostra a combinação de retidão e bem-estar da natureza [Shökel; Sicre, 2004].

O papel profético maior é endereçado para a própria Terra, quando o Planeta transmite sua mensagem por meio das inundações no sul do Brasil e na seca dos rios da Amazônia. Ela é como um Jeremias dos dias atuais. Como Jeremias, ela interpreta o colapso ecológico e a tragédia humana relacionada como julgamento de Deus. E como

o profeta, ela também oferece esperança de redenção na forma de confissão, restituição e arrependimento.

Dessa forma, na Bíblia, especialmente no Antigo Testamento, a terra desempenha um papel positivo na discussão ecológica. Ela mostra maneiras de resolver os problemas. Da meditação sobre Gênesis 1, aprendemos que não é a humanidade, mas o sábado que é a coroa da criação de Deus. Em Gn 2, conta-se a história da natureza imperfeita, enquanto as leis alimentares são uma referência à criação ideal, como foi pretendida por Deus. As leis nos ensinam respeito ao sangue, nos alertam contra abuso de poder, a buscar pureza e unidade. Uma leitura ecoprofética da Torá também pode ajudar-nos a encontrar a atitude certa, na busca por soluções, e o conhecimento das principais fontes de nossa cultura ancestral, nos permite evitar a arrogância e o cinismo [Von Rad, 2006].

A ECOPROFECIA DO MOVIMENTO DE JESUS – MARCOS

O movimento que se formou em torno de Jesus de Nazaré durante a última parte de sua vida e as décadas seguintes à sua morte também é um movimento profético. O evangelho de Marcos é a documentação mais antiga desse movimento; o escritor do Evangelho busca posicionar o documento dentro da tradição da profecia apocalíptica. Metade de todas as citações em Marcos são de escritos proféticos, excluindo Daniel –



principalmente os profetas posteriores que adotaram a forma apocalíptica [Myers, 1992]. No prólogo introdutório de seu evangelho, Marcos cita uma fusão de Êxodo 23,20 e Mt 3,1a e a atribui a Isaías, em que Jesus é apresentado como o sucessor desses profetas. No evangelho de Marcos, como no livro de Amós, as mudanças nos sistemas ecológicos foram condenadas porque exploravam os pobres que forma a base de uma ecoteologia profética.

Politicamente, a Palestina do primeiro século é complexa, com ocupação romana, governo direto na Galileia, indireto na Judeia, camadas adicionais de bases de poder, níveis de retentores, sumos sacerdotes fantoches, partidos comprometidos, cada grupo tentando equilibrar a complexidade das lealdades em relacionamentos clientelistas. Essa complexidade aumentou a pressão sobre os pobres, cuja carga tributária seria necessária para sustentar uma burocracia mais complexa e corrupta. Ao mesmo tempo, esse período é de intenso conflito político com vários partidos rivais colaboracionistas, reformistas, oposicionistas e revolucionários, levando ao estabelecimento de um governo nacionalista revolucionário em Jerusalém, controlado, após lutas internas de poder, pelo partido Zelota, e finalmente entrando em colapso em 70 com o saque da cidade e a destruição do templo [Meier, 2003].

Voltemos nossa atenção para Mc 2, 23-28, sob à luz da discussão sobre a colheita de espigas de trigo no Sábado. A narrativa é descrita como uma façanha provocativa, uma parábola

encenada, da substituição do Sábado pela humanidade [v. 27], e do Filho de Israel pelo Filho da Humanidade. Atenção deve ser dada para a versão aparentemente mundana de “filho do homem” [da humanidade] no dístico no versículo 27-28, comparado com as referências mais diretas ao “Filho do Homem” de Daniel em outras partes do Evangelho. Também a referência de Marcos a Davi, o rei salvador, é como um fora da lei, desonroso e sacrílego. Além disso, o relacionamento entre o Filho do Homem em Daniel 7 ressoa com aquele entre Jesus e seus discípulos, os instigadores dessa façanha. A apresentação de contradições vividas [Messias fora da lei, Filho do Homem, filho da humanidade, eleito de Israel, discípulos selecionados] é vivida em Jesus e seus discípulos, durante sua vida, durante o tempo de Marcos e hoje. Aqui é possível posicionar o movimento de Jesus ao lado da perspectiva profético-libertadora na controvérsia do Sábado – o Sábado é para a humanidade libertada da escravidão do trabalho, que se beneficia da gratuidade da criação e do descanso [Myers, 1992].

A parábola do semeador [Mc 4, 26-29] segue essa busca por uma ecoprofecia no Jesus histórico que interpreta as parábolas agrícolas como uma lição sobre o papel da criação na dinâmica do Reino de Deus. O processo agrícola serviu como um sinal da atividade divina do Reino de Deus. A espera paciente em oposição ao sucesso instantâneo, o cuidado providencial apesar do desamparo humano e a plenitude contra a pobreza e a fome, testemunham uma reversão das experiências normais de uma comunidade camponesa [Jeremias, 2016].



A relação apropriada entre esforço humano, processos naturais e a obra de Deus teria sido assumida pelos camponeses da Palestina de Jesus/Marcos, e, portanto, poderia ser usada para propósitos metafóricos para ilustrar a natureza contraintuitiva do Reino, essa relação precisa ser enfatizada hoje. A agricultura apropriada deve seguir processos naturais [sementes crioulas] e bênçãos divinas que requerem paciência em vez de intervenção intensiva da humanidade, no uso de agrotóxico e modificação genética das sementes.

Seguindo a crítica histórica, a leitura ecopolítica dos evangelhos argumenta que Jesus usa parábolas como um dispositivo pedagógico oral semelhante à Pedagogia do Oprimido, de Freire [1972]. No caso da parábola do semeador [Mt 13, 3-9], isso se concentra em intervenções violentas na prática agrícola – pássaros devorando, sol queimando, espinhos sufocando. O que brota do contexto desta parábola, em sua originalidade, provavelmente foi a oposição violenta à palavra Jesus, feita pelos seus inimigos. A parábola fornece garantias e vislumbres de esperança de que a “colheita” está nas mãos de Deus. O que se pode deduzir é que as parábolas são usadas por Marcos para seu propósito político para os seus leitores, e faz isso para conectar o movimento de Jesus aos movimentos proféticos, como a crítica política de Ezequiel [Myers, 1992].

CONCLUSÃO

A ecoprofecia de nossos tempos tem que enfrentar a questão da intervenção humana para o aumento e a expansão agrícola, no contexto

das lutas pela justiça ambiental. A maioria das injustiças ambientais que ativistas ecológicos estão enfrentando são resultado da intervenção de tecnologias para se apropriar de recursos e aumentar o lucro para os proprietários, sem levar em conta o rastro de destruição deixado pelo uso desses subsídios. O avanço de monoculturas da soja e avanço da agropecuária no cerrado e nas regiões de floresta do Maranhão e do restante da Amazônia são exemplos disso. No mundo moderno, a parábola não parece funcionar da maneira como refletimos aqui, pois sabemos que pássaros podem ser abatidos, pedras aradas e herbicidas aplicados às ervas daninhas, desde que você possa pagar pela tecnologia e não se importe com um futuro envenenado e industrializado. Hoje, podemos até desconfiar dos altos rendimentos do solo bom! As comunidades tradicionais que lutam por justiça ambiental, podem estar mais inclinadas a reconhecer a apropriação de recursos em nome do “desenvolvimento” implícito nos semeadores sendo forçados a terras marginais; também pode reconhecer e desconfiar da intervenção tecnológica. Em ambos os casos, no entanto, a resposta pode ser recuperar a terra ou pelo menos a colheita da terra que pertence de direito ao semeador, à natureza e a Deus, não aos proprietários de terras com sua tecnologia. Para as Comunidades tradicionais, no entanto, com maior distância das causas e resultados da destruição ecológica, a conexão pode ser mais com a explicação de Marcos, focando nas práticas de discipulado de mudança de estilo de vida, morte e assassinato de lideranças, pessoais, e a esperança de que suas lutas possam dar frutos com a ajuda de Deus.



REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ecologia, grito da terra, grito dos pobres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTRO, Ricardo. **Amazônia, novos caminhos nas relações entre homem e mulher**. São Paulo: Paulinas, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

JEREMIAS, J. **As parábolas de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2016.

KAEFER, J. A. **Arqueologia das terras da Bíblia**. São Paulo: Paulus, 2012.

MYERS, C. **O Evangelho de São Marcos - Grande Comentário Bíblico**. São Paulo: Paulinas, 1992.

REIMER, I. R. Bíblia e Criação. In: BEOZZO, J. O. [org.]. **Curso de Bíblia, ano XX: Ecologia: cuidar da vida e da integridade da criação**. São Paulo: Ed. Paulus, 2007.

SHÖKEL, L. A.; SICRE, J. L. D. **Profetas I**. São Paulo: Paulus, 2004.

SICRE, J. L. **Profetismo em Israel. O Profeta. Os Profetas. A Mensagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VON RAD, G. **Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Aste, Targumin, 2006.

WESTERMANN, C. **Genesis**. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag [Biblischer Kommentar Altes Testament I/1], 1974.

IGREJA NA AMAZÔNIA: Em busca de uma evangelização encarnada



Elisângela Maciel¹

RESUMO

O presente artigo apresenta de forma introdutória aspectos da trajetória da Igreja Católica passando do Padroado à Romanização, e se concentra na segunda metade do

século XX, quando o Episcopado brasileiro se manifesta de forma diferenciada, demonstrando mais inserção e consciência em relação às questões referentes à Amazônia.

INTRODUÇÃO

A Igreja se faz presente na Amazônia desde o início da colonização, como um instrumento de evangelização e ao mesmo tempo de domínio, conectada à Coroa Portuguesa pelo Sistema de Padroado, que lhe garantia as benesses de uma aliança que lhe assegurava a catequização, mas também a submetia à autoridade e

¹ Doutora em História Social da Amazônia (UFPA), com ênfase em História da Igreja na Amazônia; Professora e Coordenadora de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade Católica do Amazonas; Associada do CEHILA; Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Religiosidades Pan-Amazônicas, e do GTHI.



vontade da Coroa. Como parte da colonização, os missionários enviados para esta vasta região passaram a cuidar também dos aspectos econômicos, que tinham como principal elemento o uso da mão de obra escrava indígena. Na segunda metade do século XIX, de forma mais efetiva, a atuação da Igreja se deu aos moldes da romanização, europeizando e padronizando o Catolicismo na região, suprimindo a escassez de padres em um imenso território.

Dom Macedo sonhava que a presença do Catolicismo chegasse a toda a região. Idealizou e pôs em prática o *Cristóforo*, um barco que passou a percorrer todos os rios da Amazônia levando Cristo e semeando a fé. O *Cristóforo* diagnosticava o vazio espiritual da região, e despertava novas vocações, também denunciava a exploração sofrida pela população, principalmente nos seringais.

O *Cristóforo* era a Igreja em movimento pela imensidão dos rios [A Reação, 1946]. Para construir uma civilização cristã, Dom Macedo queria solidificar a moral e a intelectualidade, para tanto o fortalecimento dos seminários era fundamental, de onde saíam as lideranças sacerdotais, e, para tanto, ele escolhia os jovens vocacionados e os acompanhava durante a formação. Anos depois, um de seus pupilos, Dom Frederico Benício de Souza Costa, se tornou o 2º bispo da Diocese de Manaus [1907-1913], levou adiante o objetivo de conhecer mais a região para melhor evangelizar; dentre as suas visitas pastorais destaca-se a que foi direcionada para os rios Negro e Solimões, em 1908.

Esses dois bispos, Dom Macedo e Dom Frederico, embora em um contexto de endurecimento da romanização, iniciaram um processo de preocupação e necessidade de uma evangelização que penetrasse mais profundamente na vastidão amazônica, mas que fosse observadora da realidade e denunciasse tudo que ferisse as populações locais, portanto, lançaram sementes de uma evangelização diferenciada. Da década de 1950 em diante, o Episcopado brasileiro entra numa nova fase, como veremos a seguir.

AÇÕES E POSTURA DA IGREJA DOS TEMPOS COLONIAIS À ROMANIZAÇÃO

O Padroado gerou um entrelaçamento de interesses entre Igreja e Coroa, garantindo alma e territórios; com a justificativa de salvação a conquista foi avassaladora. A presença colonizadora da Igreja a partir da ação missionária, marcou, segundo Sarah Araújo, o domínio espiritual das populações, criando uma hierarquia na região, passando por colonos e escravos, que deram o tom da colonização portuguesa na Amazônia [Araújo, 2021, p. 279]. Assim, a Era Missionária [1686-1759] constituiu também uma empreitada comercial e escravista.

No século XVIII a colonização utilizou outras estratégias de consolidação. Em 1719 foi criada a Diocese do Pará, iniciando a estruturação eclesial da região. O Diretório Pombalino [1757] estabeleceu, segundo Stephanie Vale [2021, p. 313], um novo ordenamento com a “elevação dos aldeamentos missionários à categoria de vilas com câmaras e seus vereado-



res e juízes ordinários indígenas era parte dessa nova leitura colonizadora”. A autora destaca ainda que o Diretório estabeleceu regras que deixaram marcas profundas da fase colonial: famílias nucleares, casas em padrão europeu, casamentos monogâmicos, aldeia ao redor da praça com igreja e cruz [2021, p. 323]. Importante dizer, ainda, que a imposição da língua portuguesa se faz cada vez mais forte a partir desse contexto, e que todas essas mudanças marcam a expulsão dos Jesuítas desta região em 1759.

O século XIX foi sacudido por transformações mundiais, entre elas o grande embate entre a Igreja Católica e a modernidade, direcionando para a congregação do mundo católico ao redor do Papa, e fortalecimento do Catolicismo como modelo de civilização. Pio IX [1846-1878] promulgou os dogmas da Imaculada Conceição [1854] e da Infalibilidade Papal [1870], convocou o Concílio Vaticano I [1869-1870], mostrando que a Igreja se manteria firme; foi um período de endurecimento e de reforma interna. No Brasil não foi diferente, ocorreu a transição do Padroado para a Romanização, permeado por embates e tensões crescentes [Maciel, 2023].

A romanização primou pela padronização do Catolicismo, europeização e modelo centralizado de devoção. É nesse enquadramento que as novas dioceses, nascidas com a chegada da República, que se inserem as circunscrições eclesiásticas na Amazônia:

Diocese de Manaus [1892]², Prelazia de Santarém [1903], Arquidiocese de Belém [1906]. Cito aqui apenas as mais próximas do período de transição [Maciel, 2014].

A República acabara de despontar, e, diferente das previsões negativas dos bispos, os sinais que se apresentavam eram de liberdade para a Igreja Católica, que acabava de ganhar novas dioceses. E, ao longo do século XX, a Igreja soube aproveitar essa liberdade e multiplicou o número de dioceses e prelados pelas regiões brasileiras [Maciel, 2024].

IGREJA DIANTE DA AMAZÔNIA: A VIRADA DE CONSCIÊNCIA

A 16 de fevereiro de 1952, pela bula *Ob illud*, do Papa Pio XII [1939-1958], Manaus foi elevada à Arquidiocese. A bula inicia dizendo que “[...] a ereção de uma nova província eclesiástica na amplíssima região do Amazonas, na República Brasileira, pareça de muito proveito para o incremento da religião cristã [...]” [Pio XII, 1952].

A instalação da Segunda Província Eclesiástica da Amazônia se deu a 2 de julho de 1952, na abertura do II CERA [Congresso Eucarístico Regional da Amazônia]. Durante o II CERA ocorreu o Primeiro Encontro dos Prelados da Amazônia, fortalecendo a espiritualidade, os laços e a articulação entre eles. Esse conjunto de prelados, filhos das gerações do Episcopa-

2 Em 1892, o Papa Leão XIII apresentou para o mundo a bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* que configurava o Brasil em duas Províncias Eclesiásticas, Salvador e Rio de Janeiro, e criava quatro dioceses: Paraíba, Niterói, Curitiba e Manaus.



do que pós separação Igreja e Estado, efetivaram a nova configuração da Igreja no Brasil com a expansão das dioceses, se encontravam em uma nova fase eclesial, que caminhava para a colegialidade expressa na criação da CNBB, em 1952. O Primeiro Encontro dos Prelados da Amazônia aconteceu, com a presença de Dom Hélder Câmara, foi um momento importante de reflexão e de apontamento das questões da Amazônia, alguns meses antes da oficialização da CNBB.

O Encontro marcou o início de um caminhar da consciência sobre a região. Para Dom Cláudio Hummes este foi um momento marcante, quando pela primeira vez “o grito dos Bispos da Amazônia ecoou pelo Brasil e pelo mundo, e, desde então, cresce a consciência de que a evangelização, nesta vasta região brasileira, é responsabilidade de toda a Igreja no Brasil” (CNBB, 2014, p. 7). Em 1954, a 26 de janeiro, ocorreu o Segundo Encontro, com a presença da CNBB por meio de Dom Hélder Câmara, diante do enfrentamento da realidade amazônica. A Igreja começava lentamente a perceber a diversidade amazônica não apenas em seu bioma, mas especialmente em suas populações. Os projetos do Governo para a região aparecem como principal preocupação dos prelados, especialmente a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e os recursos destinados à continuidade da presença missionária na região (Maciel, 2023).

No Terceiro Encontro dos Prelados aparece a cobrança do recurso da SPVEA que não estava sendo repassado para Dioceses e Prelazias,

a solicitação de criação de novas Prelazias, a formação do clero indígena, e o reforço da solicitação da criação de um Centro Missionário, que já fora proposto no Primeiro Encontro. Nesse contexto, a Província Eclesiástica de Manaus era composta de uma Arquidiocese e nove Prelazias, ocupando metade da Amazônia, e sem os recursos do Governo, aumentaria a escassez de alimentos e transporte para a manutenção das missões (Maciel, 2023).

A década de 1950 representou uma virada na forma de concepção da Igreja sobre a Amazônia e a sua forma de se relacionar com ela. Os Encontros dos Prelados contribuíram para um novo olhar sobre a região. Como um dos resultados das solicitações dos Bispos da Amazônia, foram criadas novas Prelazias, além de outros projetos para a região.

DESAFIO A PARTIR DE SANTARÉM

A década de 1960 foi sacudida pelo Concílio Vaticano II [1962-1965], tendo como ponto de partida o agglonamento, movimentando a Igreja internamente e na sua relação com o mundo. E, a resposta da América Latina veio do II CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho), de Medellín [1968], destacando a opção preferencial pelos pobres e as CEBs, na luta por uma identidade latina e uma inserção maior na realidade do povo. A Igreja na Amazônia, que começara a se movimentar na década anterior, enfrentava os desafios da imensa região, que foram ampliados com a introdução dos vários projetos de exploração implantados pelo Estado ditatorial brasileiro, a partir de 1964.



A criação do Regional Norte 1 da CNBB e da CRB [Conferência dos Religiosos do Brasil] ocorreu em 1966; eram tempos de Ditadura Militar, e a Igreja marcava assim sua posição na Amazônia. Os bispos realizaram sua primeira Assembleia em janeiro de 1967, tendo como ponto principal a discussão sobre o Vaticano II e sua aplicação na realidade amazônica, refletindo sobre os inúmeros desafios que se apresentavam na região³. A criação dos Regionais Norte 1 e 2 demonstrava a crescente preocupação com a Amazônia e a busca de uma conexão com todas as faces que compõem a Igreja no Brasil.

O IV Encontro dos Bispos da Amazônia ocorreu em 1972, em Santarém, considerado o marco definitivo da tomada de consciência da Igreja da Amazônia, que levou adiante o lema “Cristo aponta para a Amazônia”, frase do Papa Paulo VI, pronunciada naquele ano, por ocasião do Círio de Nazaré. O Documento de Santarém passou a nortear e impulsionar as Assembleias e as ações da Igreja na Amazônia. O Encontro fez um balanço dos principais problemas que assolavam a região, aprontando as estruturas inadequadas e o desenvolvimento econômico desigual, marginalizações e violação de direitos humanos, como a posse da terra, e propagandas que distorcem a realidade local.

A partir desse diagnóstico as linhas prioritárias foram traçadas: encarnação na reali-

dade, com a exigência de total entrosamento com a realidade das populações locais e com o lugar onde estão inseridas; evangelização libertadora, sempre no exercício do anúncio e da denúncia de tudo que afete a dignidade e a liberdade da pessoa humana; formação de agentes de pastoral; CEBs; pastoral indígena, analisando toda a situação indígena e os rumos das atividades indigenistas a partir do CIMI; estradas e frentes pioneiras; serviços; instituto de pastorais. O Documento termina afirmando que Cristo ao apontar para a Amazônia, aponta também para os humildes vigários que são seus instrumentos nessa região [CNBB, 2014].

A Assembleia dos Bispos realizada em Manaus [1974] seguiu as linhas prioritárias de Santarém. Nos anos que se seguiram, a Amazônia entrou ainda mais no circuito do capital internacional, além da exploração empreendida pelo próprio Estado militar brasileiro, com a implementação de projetos industriais, abertura de estradas, disputas de terras, e tantas outras formas exploratórias da região amazônica. A Assembleia de 1974, além de reconhecer a emergência das causas da Amazônia, serviu de preparação para a realização do IX Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em Manaus [1975], que teve por lema “Repartir o Pão”.

Na Assembleia de Icoaraci, 1990, os bispos se posicionaram em defesa da vida na Amazônia, pontuando as questões do meio ambiente e dos Povos Indígenas, denunciando os problemas oriundos dos latifúndios e das hidrelétricas. Em 1997, a Assembleia ocorreu em Manaus, celebrando os 25 anos de Santa-

³ Relatório Encontro de Prelados, 1967.



rém e refletindo sobre os caminhos da Amazônia. O Documento de 1997, “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, pede perdão aos Povos Indígenas e a todos os pobres do campo e da cidade pela omissão e convivência com a violência, e pela agressão à criação. Apesar de a Igreja não se inserir entre os agressores, e ainda não se reconhecer como uma das colonizadoras que tantos males causou nesta região, este Encontro de 1997 representa um grande esforço, um grande passo na luta pela Amazônia, aparecendo pela primeira vez, no documento final, em consonância com Medellín e Santarém, a construção de uma Igreja com rosto amazônico [Oliveira; Guidotti, 2000].

Em 1999, a Assembleia ocorreu em Itaici, SP, tendo como ponto central a missionaridade, e os bispos apresentaram a proposta de igrejas irmãs e reafirmaram que a Amazônia é terra de missão, denunciando o massacre dos Povos Indígenas, a biopirataria e a privatização das águas da Amazônia. Em 2004, em Manaus, os pontos de discussão levantados pelos bispos foram diversidade, migrações, e a preocupação com a extinção dos Povos Indígenas. Em 2007, aos 35 anos de Santarém, mais uma vez em Manaus, os bispos trataram do meio ambiente, dos indígenas, dos ribeirinhos, dos qui-

lombolas. Em 2012, celebrados os 40 anos de Santarém, a Assembleia, realizada em Manaus, tratou do tráfico de drogas, armas, migrações e urbanização. Em 2013, em Manaus, ocorreu o I Encontro da Igreja Católica na Amazônia, para tratar do crescimento de igrejas evangélicas e dos sem religião, dos grandes projetos, da reforma agrária, do tráfico de pessoas e de drogas [CNBB, 2014].

Papa Francisco, expressando preocupação com tudo que afeta e causa destruição à obra da criação, convocou a todos os habitantes do Planeta para ingressarem na luta pela defesa da Casa Comum, em sua Encíclica *Laudato Si'* [2015]. E, a partir dessa imensa reflexão e convocação iniciou-se a preparação para o Sínodo da Amazônia, partindo da inquietação provocada pelo Papa Francisco: “A Igreja está

na Amazônia não como aqueles que têm as malas na mão para partir depois de terem explorado tudo o que puderem” [Hummes, 2018, np.]. A Igreja na Amazônia precisa de fato continuar o processo de encarnação.

O anúncio do Sínodo da Amazônia se deu a 15 de outubro de 2017, com convocação para o primeiro encontro, ponto de partida, em Puerto Maldonado, Peru, em janeiro de 2018. Houve um grande processo de escuta que culminou no *Instrumentum Laboris* [2018],



A década de 1950 representou uma virada na forma de concepção da Igreja sobre a Amazônia e a sua forma de se relacionar com ela.



levado para a discussão dos 283 participantes do Sínodo da Amazônia, em outubro de 2019, em Roma, que foi presidido pelo Papa. Para Celestino Ceretta, que foi um dos participantes, o Sínodo para a Amazônia “[...] foi uma abertura das portas e um acender de luzes para a evangelização e para a sobrevivência humana no planeta [...] um evento de esperança e renovação para a Igreja e para a humanidade [...]” (2021, p. 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo fez um rápido balanço da história da presença da Igreja na Amazônia, destacando a atuação dos bispos a partir da década de 1950, com o início da tomada de consciência sobre a Amazônia a partir de Santarém em 1972. Para tanto, menciono nestas considerações finais apenas alguns pontos dos últimos Documentos que tratam da Amazônia, para reforçar o que foi traçado na caminhada das últimas décadas: A Querida Amazônia (Francisco, 2020), Documento resultante do Sínodo da Amazônia; e o Documento de Santarém 50 Anos – gratidão e profecia (CNBB, 2022).

A partir de Santarém [1972], com a exigência da encarnação na realidade e de uma Igreja libertadora, o movimento passa a ser duplo, ao mesmo tempo que a Igreja se conscientiza que precisa ser parte da Amazônia e lutar por ela, precisa, também, se desprender de sua perspectiva colonizadora e clericalista, algo tão enraizado que requer um tempo longo e contínua luta para romper. E, a Igreja se move de forma lenta, nem sempre acompanhando

ou percebendo as necessidades da região no tempo devido. O movimento interno é tão importante quanto o de inserção na região, aliás um depende do outro.

Por ocasião do Encontro de Santarém, a CNBB já contava com o Regional Norte 1 e Norte 2, ambos iniciando suas atividades oficiais em maio de 1967. Com o avançar das necessidades e fruto de muitos debates, nasceram as demais circunscrições eclesiais da Amazônia: o Nordeste 5, em janeiro de 1991; o Noroeste 1, em junho de 2001; e o Regional Norte 3, em abril de 2013. Este último com uma configuração muito específica, pois abarca Tocantins, Pará e Maranhão.

Inúmeros são os desafios da Igreja em uma imensa região, cada vez mais impactada pela cobiça e exploração desenfreada. E, diante desse cenário, implantar o projeto de sinodalidade requer uma longa caminhada, que passa primeiramente pela compreensão das inúmeras realidades constitutivas da região e a busca efetiva da sintonia no interior da Igreja, entrelaçada com o sentimento de pertencimento e luta pela Amazônia. Em 50 anos, muito se refletiu e muitas ações foram propostas, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Os sonhos do Papa Francisco expressos na Querida Amazônia, nos convocam a darmos passos mais incisivos, num processo de conversão da própria Igreja: sonho social; sonho eclesial; sonho cultural; sonho ecológico.

O Documento de Santarém 50 Anos, assume os sonhos apresentados na Querida Amazônia, falando de rostos amazônicos, para fazer valer



a inculturação e a interculturalidade. Ocorrida dois anos após o Sínodo para a Amazônia, a Assembleia comemorativa dos 50 anos de Santarém, cobra a implantação dos encaminhamentos pós-sinodal e, dentre as linhas prioritárias aparece a preocupação com as dimensões amazônicas, suas múltiplas realidades, com a diversidade de povos e culturas, e com uma Igreja que não consegue estender seus braços a todos os cantos da Amazônia, por isso, aponta para a urgência de repensar os ministérios e seus membros, trazendo novamente, como uma das questões, a reflexão sobre o lugar das mulheres na Igreja da Amazônia [CNBB, 2022].

Portanto, urge a continuidade da busca por uma evangelização encarnada na realidade amazônica, e que a Igreja demonstre de forma concreta como pretende caminhar com aqueles que vivem e travam diariamente lutas pela preservação, a luta pela vida, em suas variadas formas, a luta pela dignidade. E que se torne cada vez mais uma Igreja irmanada com todos os povos amazônicos, uma Igreja com rostos amazônicos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Sarah dos S. **Imaginário e medo na catequese indígena – análise a partir da ação missionária na Amazônia portuguesa**. 2021. In: FERREIRA, A. da S.; MACIEL, E. História, Cultura, trabalho e Instituições na Amazônia. Manaus: Valer, 2021.
- CERETTA, Pe. Celestino. **Sínodo para a Amazônia: reflexões de um participante**. Santa Maria: Biblos, 2021.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Desafio Missionário – Documentos da Igreja na Amazônia – Coletânea**. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Documento de Santarém 50 Anos: gratidão e profecia**. Brasília: Edições CNBB, 2022.
- FRANCISCO, Papa. **Encíclica Laudato Si´, sobre o Cuidado da Casa Comum**, 2015.
- FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Querida Amazônia. Ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus Editora, 2020.
- HOORNART, Eduardo. **O Cristianismo Amazônico**. In: MACIEL, E. História da Igreja na Amazônia [org.]. Vozes/CEHILA, 2024.
- HUMMES, Cláudio. **Desafios evangelizadores na Amazônia**. Vida Pastoral, ano 59, n. 320, abr. 2018.
- MACIEL, Elisângela. **Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926)**. Manaus: Valer, 2014.
- MACIEL, Elisângela. **Do Tibre ao Amazonas: a romanização serpenteia a Igreja de Manaus (1916-1958)**. 2023. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA, Belém, 2023.
- MACIEL, Elisângela. **História da Igreja na Amazônia: presença e encarnação**. In: PERETTI, C.



[org.]. **A Amazônia e o Futuro da Humanidade: povos originários, cuidado integral e questões ecossociais.** São Paulo: Paulinas, 2024.

OLIVEIRA, José A. de; GUIDOTTI, Pe. Humberto [orgs.]. **A Igreja arma sua tenda na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2000.

PIO XII, Papa. **Bula Ob Illud do Santo Padre o Papa Pio XII, criando a Nova Arquidiocese de Manaus.** 16 de fevereiro de 1952.

RELATÓRIO ENCONTRO DE PRELADOS, 1967.

VALE, Stephanie L. do. **A ocupação urbana na capitania do Pará: planejamento dos territórios portugueses no período pombalino.** In: FERREIRA, A. da S.; MACIEL, E. História, Cultura, trabalho e Instituições na Amazônia. Manaus: Valer, 2021.

Relato de Experiência Extensionista realizada em um Parque Aquícola localizado em Lajeado Tocantins



Gislaine de Andrade Abreu, Kedma Nayra da Silva Marinho Botelho, Ila Raquel Mello Cardoso, Marcio Ferdinando de Figueiredo Gonçalves, Andrea Carla Alves Borim e Mariana Lacerda Barboza Melo¹

RESUMO

A bacia do rio Araguaia sustenta os ecossistemas e algumas atividades econômicas, como a pesca artesanal, essenciais para

a renda e a identidade cultural de muitas famílias, porém o Cerrado e a Amazônia enfrentam graves desafios socioambientais relacionados à sustentabilidade. Este trabalho refere-se a um relato de experiência de um projeto de extensão desenvolvido no Parque Aquícola de Lajeado - TO, que foi apresentado no V Encontro de Ecoteologia, cujo tema foi: "Olhar para o Cerrado-Amazônico". O evento buscou promover o diálogo entre saberes ancestrais e as realidades socioambientais que impactam os biomas do Cerrado e da Amazônia. Este projeto extensionista teve como objetivo

¹ Centro Universitário Católica do Tocantins - UniCatólica, Curso de Zootecnia.



realizar atividades práticas no Parque Aquícola do município de Lajeado do Tocantins, por meio de dia de campo dos pescadores na Fazenda Escola, na Unidade II do UniCatólica e capacitação dos piscicultores locais, com foco na produção sustentável de peixe em tanques elevados e sistemas de circulação fechada. Durante as oficinas, a acadêmica e bolsista do curso de Zootecnia teve a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula na sua própria comunidade pesqueira, lembrando que a mesma, além de ser acadêmica, é pescadora do Parque Aquícola de Lajeado. Com estas atividades práticas a população ribeirinha recebeu orientações técnicas de professores e especialistas, por meio de compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos sobre piscicultura sustentável, uma abordagem essencial para a preservação ambiental e o fortalecimento econômico da região. Os resultados obtidos neste projeto foram apresentados em uma Oficina do V Encontro de Ecoteologia. Neste evento a acadêmica e seus pais apresentaram os benefícios adquiridos, tais como: orientação técnica aos piscicultores, disseminação de práticas produtivas mais ecológicas e resilientes frente aos desafios socioambientais enfrentados pelo Cerrado e Amazônia. Este projeto demonstrou ações de promoção do bem-viver dos pescadores, de melhoria da produtividade e de aumento de renda, devido à interface entre comunidades acadêmicas e as necessidades da população

local. Este projeto extensionista demonstrou o potencial transformador da extensão universitária na promoção de práticas produtivas sustentáveis.

INTRODUÇÃO

A bacia do rio Araguaia abriga ecossistemas e atividades econômicas que se desenvolvem entre os biomas Cerrado e Amazônia. Ao longo de seu curso, a pesca artesanal garante trabalho, renda, segurança alimentar e preserva a identidade cultural de milhares de famílias [Prysthon et al., 2022]. O Cerrado e a Amazônia enfrentam ameaças socioambientais que desafiam a sustentabilidade dos seus biomas.

O rio Araguaia, localizado na região Norte, concentra cerca de 40% dos pescadores artesanais do Brasil. No entanto, a produção pesqueira do Tocantins é pouco significativa no cenário nacional. O estado ocupa a 24ª posição na produção por pesca extrativa, sendo que em 2012, o Tocantins registrava 7.033 pescadores, representando apenas 0,7% do total no país [Brasil - MPA, 2013].

O nível tecnológico nas pescarias artesanais tem sido historicamente limitado, em grande parte devido à baixa renda dos pescadores e à insuficiência de políticas públicas adequadas para atender às necessidades desse setor. Como resultado, há um elevado índice de desperdício ao longo da cadeia produtiva e um conhecimento limitado sobre o impacto da atividade nos estoques pesqueiros [Prysthon et al., 2022].



Este trabalho refere-se a um relato de experiência de um projeto de extensão desenvolvido no Parque Aquícola de Lajeado - TO, que foi apresentado no V Encontro de Ecoteologia, realizado com o tema: “Olhar para o Cerrado-Amazônico”. O evento buscou promover o diálogo entre saberes ancestrais e as realidades socioambientais que impactam os biomas do Cerrado e da Amazônia. Este projeto extensionista teve como objetivo realizar atividades práticas no Parque Aquícola do município de Lajeado do Tocantins, por meio de dia de campo dos pescadores na Fazenda Escola, na Unidade II do UniCatólica e capacitação dos piscicultores locais, com foco na produção sustentável de peixes em tanques elevados e sistemas de circulação fechada.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Durante as oficinas, a acadêmica e bolsista do Curso de Zootecnia pôde aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula diretamente em sua comunidade pesqueira. Além de estudante, ela é pescadora no Parque Aquícola de Lajeado, sendo que sua família depende da pesca para sustento.

Por meio dessas atividades práticas, a população ribeirinha recebeu orientações técnicas de professores e especialistas sobre piscicultura sustentável, promovendo a preservação ambiental e o fortalecimento econômico da região.

Os resultados obtidos neste estudo foram apresentados em uma Oficina do V

Encontro de Ecoteologia. As atividades realizadas no projeto proporcionaram aos piscicultores uma compreensão mais aprofundada sobre os métodos de produção de peixe respeitando o meio ambiente, ao mesmo tempo em que potencializam a produção. Durante a visita técnica ao Parque Aquícola, os pescadores puderam observar o funcionamento do sistema de tanques elevados, destacando-se a importância de práticas sustentáveis e economicamente viáveis.

O dia de campo na Fazenda Escola, Unidade II do UniCatólica, foi uma oportunidade para demonstrar a aplicação prática dessas técnicas, o que gerou uma rica troca de conhecimentos entre acadêmicos, professores, especialistas e os piscicultores.

As oficinas práticas fortaleceram o entendimento sobre a importância da circulação fechada na mitigação dos impactos ambientais, especialmente no uso racional da água. Outro ponto de destaque foi a valorização dos saberes locais e o diálogo contínuo com os pescadores da região, o que contribuiu para a formulação de soluções mais integradas às realidades socioambientais do Cerrado e da Amazônia.

Neste evento a acadêmica e seus pais apresentaram os benefícios adquiridos neste projeto de extensão, como orientação técnica aos piscicultores, disseminação de práticas produtivas mais ecológicas e resilientes frente aos desafios socioambientais enfrentados pelo Cerrado e a Amazônia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto extensionista demonstrou o potencial transformador da extensão universitária na promoção de práticas produtivas sustentáveis. As oficinas e visitas técnicas proporcionaram aos piscicultores locais um novo olhar sobre a piscicultura, alinhando produção econômica e sustentabilidade ambiental.

A participação no V Encontro de Ecoteologia evidenciou a importância do diálogo entre o saber acadêmico e o conhecimento tradicional, fortalecendo o compromisso do UniCatólica com o desenvolvimento regional e a preservação dos biomas do Cerrado e da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MPA. **Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim do registro geral da atividade pesqueira – RGP 2012.** Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 10 out. 2014.

PRYSTHON, Adriano et al. **A pesca artesanal no rio Araguaia, Tocantins, Brasil: aspectos tecnológicos e socioeconômicos.** Editora e-Publicar, 2022. Doi: 10.47402/ed.ep.b202211590252

Mudanças Climáticas, o Cerrado e o Tocantins



Paulo Rogerio Gonçalves¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar as mudanças climáticas que estão afetando o Cerrado, bioma presente no estado do Tocantins, com alterações nos padrões de temperatura e precipitação pluviométrica. Provocando secas intensas, afetando a agricultura e os recursos hídricos do estado. Este estudo foi apresentado no V Encontro de Ecoteologia organizado pela Rede Eclesial

Pan-Amazônica [REPAM-Brasil] e Universidade Católica de Palmas [UniCatólica].

Aqui chovia muito, quando era em setembro já tinha chuva, antes de São Miguel né, quando era pelas novenas já tinha muita chuva, córrego já cheio, tinha vez que algum ano desse daí falhava, mas chovia o tempo todo, as chuvas, os corgos era cheio, cheio, cheio mesmo. De 2000 pra cá deu pra secar, e foi secando².

¹ Técnico - Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins/APATO - TO.

² Constantino Fernandes Pinheiro, liderança da comunidade quilombola Baião, estado do Tocantins.



INTRODUÇÃO

O clima vem mudando no mundo, no Brasil e no estado do Tocantins. Um dos principais motivos é a emissão de gases de efeito estufa. O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), que é uma iniciativa do Observatório do Clima, apresentou no relatório “Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil, 1970-2020”, lançado em 2023. De acordo com este Relatório,

O Brasil emitiu 2,4 bilhões de toneladas brutas de gases de efeito estufa em 2021, um aumento de 12,2% em relação a 2020, quando o país havia emitido 2,1 bilhões de toneladas. É o maior aumento de emissões em quase duas décadas, superado apenas por 2003, quando as emissões cresceram 20% e atingiram seu pico histórico. A aceleração é mais do que duas vezes superior à média mundial estimada para o mesmo ano. A alta do desmatamento, sobretudo na Amazônia, foi a principal responsável pelo aumento de emissões. Em 2021, a poluição climática causada pelas mudanças de uso da terra subiu 18,5%. A destruição dos biomas brasileiros emitiu 1,19 bilhão de toneladas brutas de CO₂ equivalente (GtCO₂ e) no ano retrasado – mais do que o Japão inteiro –, contra 1 bilhão de toneladas em 2020. No setor de energia, a alta de emissões também foi de 12,5%, o maior salto em 50 anos. Foram emi-

tidas 435 milhões de toneladas, contra 387 milhões em 2020. A alta se deve à retomada da economia no pós-Covid, mas também a uma seca extrema que prejudicou a geração das hidrelétricas e a uma queda no uso de etanol. O setor de processos industriais e uso de produtos também registrou alta, de 155,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (MtCO₂ e) em 2020 para 169,9 MtCO₂ e em 2021. No setor de agropecuária, a alta de emissões foi de 3,8%, chegando a 601 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, contra 579 milhões de toneladas em 2020. É o maior incremento percentual desde 2004 (aumento de 4,1%) e representa emissões maiores que as da África do Sul. O setor de resíduos registrou uma oscilação para baixo em suas emissões pela primeira vez na história: em 2021, o setor foi responsável pela emissão de 91,12 milhões de toneladas de CO₂ e, uma queda de 0,12% em relação ao ano anterior. Essa discreta redução está, em grande parte, relacionada com o aumento da queima ou recuperação energética de metano (CH₄) em aterros sanitários. As mudanças de uso da terra responderam por 49% das emissões brutas de gases de efeito estufa do país em 2021, contra 46% em 2020. Em seguida vêm agropecuária, com 25%, energia e processos industriais, com 22%, e resíduos, com 4% (Potenza et al., 2023).



Ao somar as emissões de gases de efeito estufa relativas a mudanças de uso da terra [49%] com as da agropecuária [25%], constata-se que 74% das emissões são provenientes do agronegócio. Os dados demonstram que o Agronegócio é o principal responsável pelas mudanças climáticas no Brasil.

Na busca de soluções o Brasil construiu várias políticas direcionadas para o enfrentamento das mudanças climáticas: Política Nacional sobre Mudança do Clima [PNMC], Plano de Ação Climática [PAC 2050], Plano de Adaptação e Resiliência Climática [PEARC], Lei 14.904, de 2024 e Plano Clima; infelizmente, os resultados obtidos não estão sendo satisfatórios até o momento.

BIOMA CERRADO

É importante perceber que todos os Biomas do país vêm sofrendo com os impactos das mudanças climáticas. O Bioma Cerrado é um deles. O Cerrado foi formado no período cenozoico, há aproximadamente 40 milhões de anos, infelizmente nos últimos 50 anos perdeu metade da sua cobertura original. Essa situação é o resultado de um conjunto de políticas governamentais federais que incentivaram a expansão das monoculturas do agronegócio sobre o Bioma. Um dos primeiros programas foi o “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO”, criado pelo decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, com o “objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado” [Brasil, 1975].

Depois de alguns anos, em 1979, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, que foi um acordo bilateral entre o Brasil e o Japão. O PRODECER teve como objetivo aproveitar o potencial da região dos Cerrados. Foram implantadas 3 etapas do programa:

PRODECER I - Estabelecido a partir de 1979 nos municípios de Iraí de Minas, Coromandel, Paracatu e Paracatu-Entre Ribeiros, no estado de Minas Gerais. Foram incorporados 70 mil hectares do cerrado para o desenvolvimento de tecnologia para a produção de grãos, principalmente milho, soja e trigo. O valor do investimento foi de US\$ 50 milhões. PRODECER II - O projeto foi iniciado em 1985, abrangeu uma área de 200 mil hectares de cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões.

PRODECER III – Iniciou sua implantação em 1995, cobre uma área que corresponde a 80 mil hectares nos estados do Maranhão e Tocantins. Foram destinados US\$ 850 milhões, 60% do custeio do programa do governo japonês e o restante do governo brasileiro.

Esse conjunto de políticas e programas direcionados ao Cerrado [POLOCENTRO e PRODECER] acarretaram um intenso conflito agrário e um forte desmatamento, ocasionando grandes mudanças sobre o clima e os estoques de água doce. Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária [INCRA] do governo Lula, Amazônia e Cerrado concentram a maior parte dos conflitos fundiários no país em 2023. Os conflitos se concentram principalmente em quatro estados – Bahia, Maranhão,



Pará e Rondônia – e estão ligados ao avanço do agronegócio e do garimpo ilegal.

Em relação às mudanças ambientais, destaca-se: aumento de temperatura, alterações no regime de chuvas e, por consequência, do abastecimento de lençóis freáticos e aquíferos, resultando no secamento de nascentes e diminuição da vazão dos rios que têm sua origem no Cerrado.

Segundo dados do INPE/Prodes, o desmatamento no Cerrado aumentou 21% no primeiro semestre de 2023, sendo o maior índice dos últimos cinco anos na comparação com o mesmo período [2.133 km²]. Cerca de 80% dos alertas de desmatamento têm origem na fronteira agrícola da região MATOPIBA.

Conforme estudos recentes do MapBiomias, a Bacia do Rio São Francisco, cujos afluentes oriundos do Cerrado correspondem a 80% da sua vazão, perdeu metade da sua superfície de água entre 1985 e 2016. Estudos realizados pelo Instituto Cerrados em 81 bacias hidrográficas do Cerrado, entre 1985 e 2022, constatam que 88% delas tiveram redução da vazão.

Estudos similares desenvolvidos pelos pesquisadores José Almir Cirilo, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e Chang Hung Kiang, professor titular da UNESP e coordenador do Laboratório de Estudos de Bacias, apontam para um rebaixamento do nível do aquífero Urucuaia.

O desmatamento promovido nos chapadões, que constituem justamente as áreas de recarga do Aquífero, provoca dois efeitos no-

civos que se retroalimentam: de um lado, a tendência de diminuição do volume de chuvas; de outro, uma maior dificuldade de infiltração das águas para os lençóis e aquíferos.

Em relação ao impacto nos rios e aquíferos subterrâneos, diversos estudos apontam que estamos numa situação crítica. A Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RI MAS) criada em 2009 no Serviço Geológico do Brasil (SGB), uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, identificou que o Urucuaia, no Cerrado, e o Bauru-Caiuá, que abrange o Cerrado e a Mata Atlântica, perderam, respectivamente, 31 km³ e 6 km³ de volume de 2002 a 2021. Os gráficos abaixo demonstram essa drástica situação:

No aquífero Urucuaia, a irrigação de monoculturas contribuiu para a redução de 31 km³ de volume de 2002 a 2021.

O aquífero Bauru-Caiuá perdeu 6 km³ de água no mesmo período, em uma região de elevado uso para agricultura e abastecimento humano, no oeste de Minas Gerais.

Essa crise da redução dos aquíferos atinge grande parte do mundo. Estudo recente divulgado pela CNN Brasil registra um rápido esgotamento das reservas subterrâneas de água no mundo. Neste estudo foram analisadas milhares de medições do nível das águas subterrâneas de 170 mil poços em mais de 40 países e os resultados obtidos afirmam que os níveis das águas subterrâneas diminuíram entre 2000 e 2022, 71% em 1.693 sistemas aquíferos incluídos na pesquisa, com os níveis das águas subterrâneas diminuindo mais de 0,1 m por ano em 36%, o que corresponde a 617 dos locais analisados.



Essa crise ambiental atinge todos os estados brasileiros. O estado do Tocantins nos últimos 10 anos passou por profundas mudanças, com um forte avanço do desmatamento, o que acarretou grandes impactos ambientais. Segundo o TSE, INPE e IBGE, entre 2010 e 2021, o estado do Tocantins teve um desmatamento de 521 km², um dos estados brasileiros que teve um dos maiores índices de desmatamento.

O desmatamento está conectado à redução das chuvas e ao rebaixamento dos lençóis freáticos e, em consequência, a redução do volume de água dos rios. Segundo o mapa de precipitação média anual do estado, a região sudeste apresenta os menores índices pluviométricos, entre 1.300 e 1.500 mm anuais³, sendo assim a região que fica mais prejudicada com o desmatamento. Tal situação nos últimos anos obrigou o governo do estado do Tocantins a tomar medidas emergenciais. No ano de 2015 foi decretada situação de emergência em 27 municípios da região sudeste do estado por falta de água, conforme notícia do G1 - TO⁴.

Municípios em situação de emergência					
Almas	Arraias	Aurora do Tocantins	Brejinho de Nazaré	Chapada da Natividade	Taguatinga
Combinado	Conceição do Tocantins	Dianópolis	Ipueiras	Jaú do Tocantins	Taipas do Tocantins
Lavandeira	Monte do Carmo	Natividade	Novo Alegre	Novo Jardim	-
Palmeirópolis	Paraná	Pindorama do Tocantins	Ponte Alta do Bom Jesus	Porto Alegre do Tocantins	-
Rio da Conceição	Santa Rosa do Tocantins	São Salvador do Tocantins	São Valério da Natividade	Silvanópolis	-

3 Em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/463063/>

4 Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/07/decreta-situacao-de-emergencia-em-27-municipios-por-falta-de-agua.html>

Essa situação já vem preocupando os pesquisadores do estado. Em recente pesquisa publicada, “Cenários Prospectivos de Mudanças Climáticas para o Estado do Tocantins”, os autores concluem:

Considerando os resultados de todos os modelos climáticos e cenários analisados, tanto do relatório AR4 e AR5 do IPCC, percebe-se que deverá ocorrer aumento da temperatura média anual e redução da precipitação anual no Estado, no período de 2021 a 2050. Essas alterações dos padrões de temperatura e precipitação, considerando os distintos cenários de mudanças climáticas, refletiram nas simulações dos balanços hídricos, gerando um incremento médio significativo da deficiência hídrica, mas com variações de intensidade regionais no Estado. Nesse contexto, essas projeções poderão afetar negativamente ecossistemas, recursos hídricos e atividades econômicas, bem como regiões produtoras atuais, podendo provocar consequências negativas na produção agrícola no Tocantins.

As pesquisas realizadas convergem com os depoimentos de lideranças do Quilombo Baião, município de Almas, na Nova Cartografia Social de Tocantins.

“Poises aí foi secando, de 2000 pra cá deu pra secar, e foi secando, em 2009 teve até uma chuva, mas foi diminuindo, foi diminuindo em 2014, 2015 a chuva foi pouca, pouca em 2016 aí tornou a continuar” [Constantino Fernandes Pinheiro].



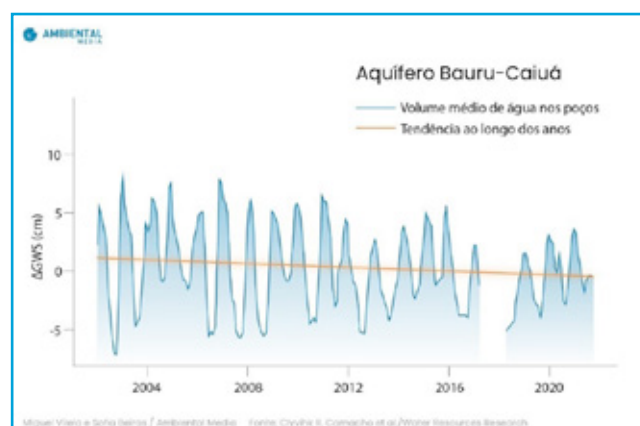
“A gente alguns anos atrás ainda tinha olho d’água, que era o tempo que chovia mais era menos dia de desmatamento na região, as nascentes ainda conservavam mais um pouco, mas ultimamente, de 5 anos 7 anos pra cá isso foi mudando totalmente. Hoje você tem que ter de arcar com poço artesiano, porque a cisterna não segura mais água, o solo já tá muito seco” [Adelmides Nunes de Sousa].

“Em 2007 veio de novo aí uma seca que eu me lembro que para nós aqui o inverno que teve foi do dia primeiro de fevereiro até o dia 5, ...Os olho d’água começou a secar ainda em 83... a cisterna que era boa aqui na região também acabaram tudo, se não fosse um mini poço ou poço artesiano a gente não conseguia mais água” [Antônio Cardoso de Almeida].

“Hoje a gente vive na subsistência de mini poços artesanais para sobrevivência da água no quilombo, para não ter que sair, e outros dependem de água de caminhão pipa que vem pela prefeitura” [Eliene Fernandes Crisóstomo de Almeida].

“Inclusive agora o gado, os animais ficam com sede porque há falta de água, se não fosse ajuda de algumas pessoas que já abriu poço aí, não tinham água pros bicho beber, nem mais assim pra nós” [Oseias Ribeiro Pinto].

O desmatamento, as emissões de gases de efeito estufa, a seca dos rios e aquíferos subterrâneos tudo isso está diretamente relacionado com as lógicas produtivas adotadas pelos grupos que detêm a posse das terras no Brasil. A expansão das monoculturas do agronegócio se dá a partir do desmatamento, queimada e utilização de insumos químicos em grande escala, sendo está a principal causa da crise ambiental brasileira. Segundo estudos do MapBioma, mais da metade de toda a área desmatada no Brasil em 2023 ocorreu no Cerrado, principalmente na região do MATOPIBA, entre Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão. Juntos, quatro estados do Cerrado – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que formam a região conhecida como MATOPIBA – ultrapassaram a área desmatada nos estados da Amazônia e responderam por quase metade [47%] de toda a perda de vegetação nativa no país no ano passado. Foram 858.952 hectares – um aumento de 59% em relação ao ano de 2022, que já havia registrado aumento [36%] em relação a 2021. Três em cada quatro hectares desmatados no Cerrado em 2023 [74%] foram no MATOPIBA. Dois terços [33] dos 50 municípios que mais desmataram no Brasil em 2023 ficam no Cerrado,





sendo que todos os 10 municípios com maior área desmatada no Cerrado em 2023 estão localizados no MATOPIBA.

Por outro lado, estudo realizado pelo ISA demonstram que os Povos Indígenas e Tradicionais são responsáveis, juntos, pela proteção de um terço das florestas no Brasil. Nos últimos 35 anos, somente as Terras Indígenas protegeram 20% do total de florestas nacionais. Atualmente, 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas no sistema nacional de áreas protegidas, que engloba Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação.

Por sua vez, as áreas protegidas com presença de Povos Indígenas e populações tradicionais – Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – protegem um terço, cerca de 30,5% das florestas no Brasil.

Desta forma, a regularização dos territórios dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é uma das estratégias mais acertadas para o enfrentamento das mudanças climáticas. Infelizmente, no estado do Tocantins, o governo segue em direção contrária: a Lei nº 3.525, de 2019 [Tocantins, 2019], permite que títulos de propriedade privada da terra sejam validados em cartório sem que a cadeia sucessória dominial completa tenha tido origem em venda ou destaque do patrimônio público estadual. Em vez de regularizar os territórios dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, o governo regulariza os grileiros que invadiram esses territórios. Contrapondo-se a essa situação, no dia 05/12, a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Fami-

liares], com apoio da Articulação de Resistência ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, que integra a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal [STF] um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI] contra a Lei nº 3.525 de 2019, do estado do Tocantins.

O argumento principal da ação é que a destinação das terras públicas devolutas deve ser prioritária para agricultores familiares, reforma agrária, indígenas e quilombolas, como determina a Constituição Federal. As leis estaduais, ao permitirem que os estados reconheçam o domínio de propriedades ilegais, sem cadeia sucessória e sem o destaque do patrimônio público, ferem os direitos dos trabalhadores e a própria Constituição Federal. Primeiro porque isso não é compatível com a política agrária da Constituição Federal e, segundo, porque os estados não são autorizados a legislar sobre direito fundiário e registros públicos. Isso é competência da União.

Existe ainda um novo Projeto de Lei [PL] nº 1.199/2023, do senador Eduardo Gomes [PL/TO], que tramita no Senado, e que tem como objetivo transferir terras públicas federais para o estado do Tocantins [Gomes, 2023]. Estimativas variam entre 9 e 15 milhões de hectares sem destinação no Tocantins, o que representa praticamente metade do Tocantins.

O que está por trás da Lei nº 3.525/2019 do Tocantins, do PL 1.199/2023, e de leis semelhantes do Maranhão, Piauí e Bahia é a implementação, pelos estados, de ações de “governança fundiária” para facilitar o processo de legalização da grilagem e, assim, garantir maior segurança jurídica fundiária para a expansão do agronegócio.



CONCLUSÃO

Os dispositivos federais que disciplinam a propriedade da terra têm sido relegados em prol dos interesses do agronegócio, criando mecanismos para facilitar a transferência de domínio de terras públicas para particulares. Para atender a demanda por terras na esteira da expansão da fronteira agrícola, vão se abrindo brechas a partir de mudanças legislativas, em especial nas leis ambientais e de terras estaduais. Essas mudanças já vinham se dando no tempo da expansão da fronteira [Bahia em 1972 e 1975; Maranhão em 1991] e têm se intensificado no ritmo desta [Bahia em 2011; Tocantins e Piauí, 2019; Projeto de Lei em tramitação no Maranhão], continuamente 'legalizando o ilegal' e facilitando a expansão e consolidação da grilagem no MATOPIBA⁵.

O enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil, no Cerrado e no Tocantins depende de um grande conjunto de ações na esfera da política internacional, nacional e estadual. Para que se consiga avanços concretos é necessário uma forte política de reforma agrária e de regularização dos territórios dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, e de políticas ambientais que garantam a proteção dos Biomas, conservando terra, água e vegetação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 75.320 de 29 de janeiro de 1975 / PE - Poder Executivo Federal. **Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento**

5 Em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/445-adi-grilagem-matopiba>

dos Cerrados (POLOCENTRO). Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/1/1975, Página 1382 [Publicação Original]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

GOMES, Eduardo. Projeto de Lei [PL] nº 1.199/2023. **Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas – de 24 outubro de 2023**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156319>. Acesso em: 24 out. 2024.

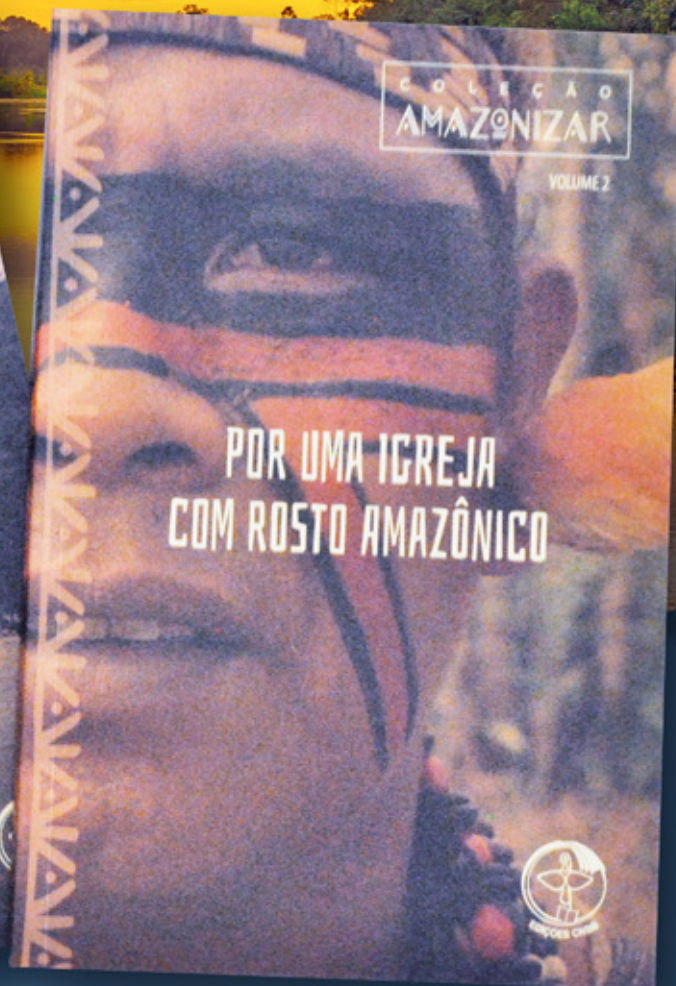
NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DO TOCANTINS - Trajetória e Resistência do Quilombo Baião.

ND. Disponível em: <https://www.apato.org.br/publicacao/cartografia-social-da-comunidade-quilombola-baião/>. Acesso em: 24 out. 2024.

POTENZA, Renata F. et al. **Análise das emissões de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2021, (2023)**. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2023/04/SEEG-10-anos-v5.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

TOCANTINS. Lei nº 3.525, de 8 de agosto de 2019. **Dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado, na forma que especifica, e adota outras providências**. Publicado no Diário Oficial nº 5.415, de 08/08/2019. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_3525-2019_60006.PDF. Acesso em: 24 out. 2024

COLEÇÃO AMAZONIZAR



Está Disponível

Acesse o **QR Code**
e adquira a sua!

